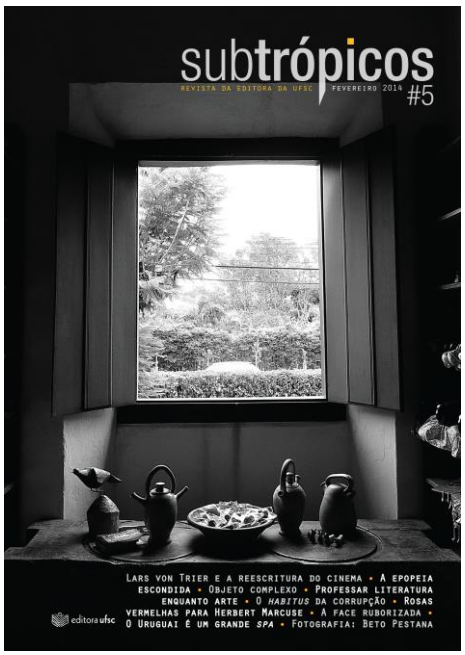
O *habitus* da corrupção



Entender melhor os integrantes do topo da pirâmide social pode explicar por que certos arranjos entre o poder e o privado se perpetuam

Jacques Mick

Blue Jasmine (2013), de Woody Allen, ao fundo do drama pessoal da protagonista que conduz o enredo, comporta uma crítica moral ao modo como alguns ricos se relacionam com a corrupção que os favorece – crítica que pode ser útil para refletir sobre as razões da persistência da corrupção no Brasil.

No filme, Allen conta a história de uma mulher que, antes gozando de uma vida milionária em Nova Iorque, se vê subitamente pobre, sem emprego, condenada a depositar suas malas Louis Vuitton num quarto emprestado na casa da irmã adotiva, funcionária de um supermercado em San Francisco. Antes casada com um financista corrupto e rico, fazia a egípcia diante de indícios de roubalheira. Entendia que eventuais malfeitos faziam parte, eram mesmo uma condição para uma vida de luxo e ostentação. *Easy comes, easy goes*: como o dinheiro é socialmente marcado, a grana que vinha fácil (dinheiro achado, loteria, corrupção) escoava em desperdícios irrelevantes, festas memoráveis para os comparsas da elite.

Quando o marido pediu a separação, declarando-se apaixonado por uma mulher mil anos mais jovem, Jasmine discou para o FBI, disposta a lavar a honra manchada por todos os tipos de traições. Preso, o marido matou-se. Vexado, o filho do financista abandonou Harvard e sumiu. A ex-rica Jasmine encontrou abrigo justo na casa da irmã pobre, aquela cuja presença produzia, na esnobe, um incômodo que ela mal se esforçava para disfarçar.

A alegoria refere-se a variados casos de corrupção, notórios sobretudo desde a crise financeira internacional agravada a partir de 2008. Hal Francis, o marido, frita até o dinheiro que o cunhado ganhara na loteria – e que teria investido em algum negócio, não tivesse recebido do marido de Jasmine a promessa de rentabilidade superior. Transportada a história para o Brasil, seria possível encontrar analogias em escândalos envolvendo autoridades do Senado ou da Câmara, empresas contratadas pelo metrô de São Paulo, fiscais da prefeitura paulistana, dirigentes de bancos ou donos de agências de publicidade especializados no financiamento de campanhas eleitorais.

A crítica moral aos ricos é ancestral – "mais fácil é passar um camelo pelo fundo de uma agulha, do que entrar um rico no reino de Deus" –, como se a pobreza fosse por si compensada por uma vida mais virtuosa. Mas, no filme como no Brasil, trata-se de uma questão bem específica: a corrupção tem classe? Ou dito de outro modo: qual o *habitus* forjado pelo gozo, por longo tempo, das benesses da corrupção?

O domínio prático das regras nunca escritas da corrupção pode explicar as raízes da riqueza de uma parcela da elite brasileira. Um dos efeitos inesperados da mobilidade social no Brasil no início deste século é o incremento, na sociologia, do interesse em pesquisar os ricos. Mais afeitos a esmiuçar, quantitativa e qualitativamente, a vida dos mais pobres, esses investigadores sentem agora a necessidade de entender melhor os integrantes do topo da pirâmide social. Como é possível que o país tenha conseguido aumentar a renda de 40 milhões de pessoas, sem mexer nos privilégios dos

mais ricos? Que condições asseguram a essa pequena parcela da sociedade a perpetuação na riqueza? Por que a visibilidade crescente da corrupção e seu combate parecem focar unicamente no polo que envolve o Estado, desconsiderando inteiramente os agentes privados, precisamente aqueles que assentam sua riqueza em antigas relações corruptas?

8 subtrópicos

Entender melhor os integrantes do topo da pirâmide social pode explicar porquê certos arranjos entre o poder público e o privado se perpetuam

O *habitus* da corrupção

JACQUES MICK

A corrupção espraia-se generosamente nas relações sociais no Brasil – de policiais ou outros gestores de miudezas aos subscritores de grandes contratos com o Estado. O país tem colhido triunfos no combate aos malfeitos: o cerne desses avanços está ainda centrado no Estado, na ação sistemática de órgãos de controle e polícia (às vezes, contra si própria) para impedir ou punir a corrupção. Mas, no polo privado e, particularmente, no estrato mais rico da pirâmide social, o combate à corrupção parece não ter lugar.

São pouco numerosos os brasileiros muito ricos: apenas 2,4% das famílias detinham 33% da renda nacional, nas contas da equipe de Marcio Pochmann (*Atlas da exclusão social volume 3*: os ricos no Brasil, Cortez, 2004). São também muito concentrados no espaço: metade deles, de acordo com esse mesmo estudo, vive nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e Belo Horizonte. Que características asseguram a esse pequeno grupo o domínio longevo de um terço da renda nacional? E qual o lugar do *habitus* da corrupção entre elas?

Pesquisadores como Marcelo Medeiros (do Ipea e da UnB) estão convictos de que pertencer ao estrato mais rico é privilégio por ora irreversível. “ É pouco provável que as oportunidades de ascensão ao estrato dos ricos estejam abertas a todos, mesmo que seja feito um grande esforço das instituições coletivas da sociedade brasileira”, afirma Medeiros no artigo “Brasil: os ricos desconhecidos” (*Riqueza e desigualdade na América Latina*, organizado por Antonio David Cattani, Zouk, 2010). O autor recolhe motivos para considerar que “o papel das redes de relação social e a educação de elite” são “determinantes do *status* de rico”. Ele não é explícito quanto à importância da corrupção nisso, mas intuo que esteja embutida nas tais “redes de relação social”.

Mais explicitamente: temos observado que as tecnologias de corrupção se transferem de governo a governo. As siglas se alternam nos executivos municipais, estaduais ou federal, mas certos arranjos entre agentes privados e o Estado se mantêm. É o próprio agente privado o corruptor – aquele que traduz para o gestor público do momento as vantagens que poderá receber, caso preserve certas práticas (ou autorize o aditamento de certos contratos). O exercício cotidiano da corrupção parece forjar um *habitus* próprio – cuja frustração radical leva aos destinos de Hal e Jasmine, a morte e a loucura. Nele, as práticas sigilosas, os acordos nos bastidores, os pacotes de dinheiro são o contraponto da ostentação. “Ser rico não é motivo de vergonha”, balbucia Jasmine, ao lembrar da coleção de Bentleys e Mercedes antigos confiscada pela Receita Federal.

Alguma riqueza no Brasil é forjada de corrupção, não necessariamente envolvendo o Estado. “A posse de grandes fortunas resultante do processo de acumulação capitalista raras vezes é autenticamente meritocrática”, afirma Cattani na introdução a *Riqueza e desigualdade na América Latina*. No país, riqueza, poder político e capital social se misturam. Estudar o *habitus* dos que ocupam o topo da pirâmide social pode nos levar a entender melhor a duração renovada da corrupção e extravagantes práticas de distinção social de ricos e novos ricos.

JACQUES MICK (Concórdia, 1970) é professor do departamento de Sociologia e Ciência Política da UFSC. Texto originalmente publicado na *Subtrópicos*, revista de cultura da Editora da UFSC, número 5.